

# *Certificação Florestal e Movimentos Sociais na Amazônia*



RELATÓRIO DO SEMINÁRIO 2002



# **Certificação florestal e movimentos sociais na Amazônia**

Belém - Pará  
2003

**Relatório do Seminário  
Certificação Florestal e Movimentos Sociais na Amazônia**

Copyright © by Grupo de Trabalho Agroecológico da Amazônia - GTNA  
Av. Tavares Bastos, 933  
Conj. Residencial Columbia, Bloco F, Apto. 201- Marambaia  
CEP. 66030-400 - Fone: (91)231-8413 - E-mail: gtna@uol.com.br

**Organizadores:**

Marcelo Sampaio Carneiro  
Manuel Almeida Amaral Neto  
Irene Margaret Höhn

**Promoção:**

GTNA  
FASE NACIONAL  
IMAZON

**Apoio:**

IIEB  
CESE  
FASE/SAAP  
PPM

**Projeto Gráfico:**

Flavio Figueiredo

**Fotos:**

Acervo do IMAFLORA

Seminário Certificação Florestal e Movimentos Sociais na Amazônia (2002:  
Belém)

Anais do Seminário de Certificação Florestal e Movimentos Sociais na  
Amazônia.

- Belém: GTNA, Fase Nacional, IMAZON 2002.  
56p.

ISBN: 85 - 88314 - 10 - X

1. Manejo florestal – Amazônia – Congressos. 2. Manejo florestal  
comunitário –

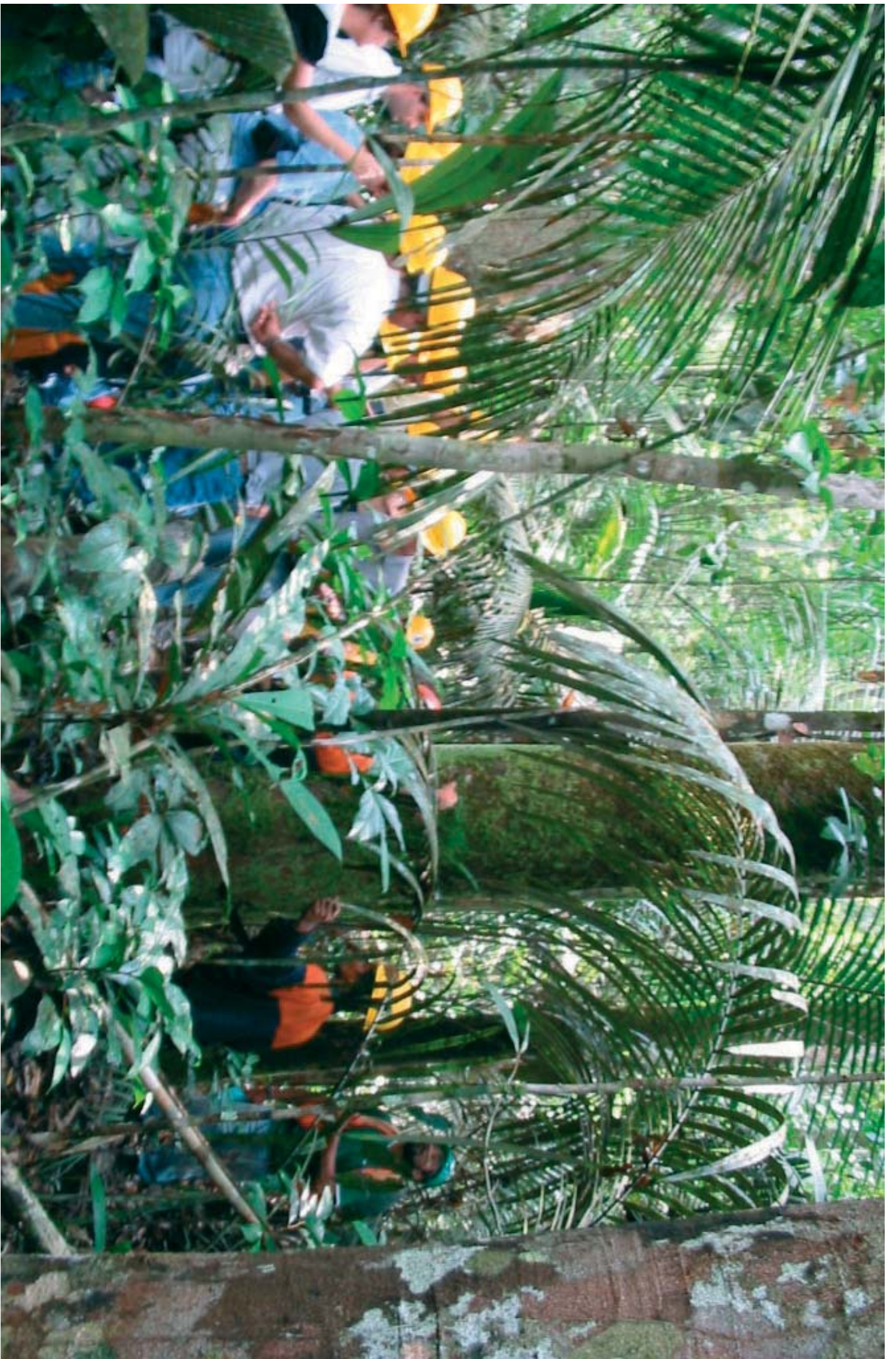
Amazônia – Congressos.

I. Título.

CDD – 634.92060811

# Sumário

- 5** \_\_\_\_\_ **Introdução**
- 7** \_\_\_\_\_ **A Certificação Florestal e o FSC no Brasil**
- 11** \_\_\_\_\_ **A Agenda Social do FSC**
- 15** \_\_\_\_\_ **A Atuação das Certificadoras do FSC na Amazônia**  
SCS-Scientific Certifications Systems  
Imaflora-Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
- 21** \_\_\_\_\_ **O Mercado para a produção Florestal Certificada**
- 25** \_\_\_\_\_ **Financiamento para a Produção Certificada: Alternativa do ProManejo como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a Amazônia**
- 27** \_\_\_\_\_ **Relações Comunitárias e Certificação Florestal: um balanço das experiências existentes**  
Comunidade de Aparecida e a Mil Madeireira  
A Muaná Alimentos na visão do Sindicato de Trabalhadores Rurais
- 31** \_\_\_\_\_ **Os Trabalhadores da indústria madeireira e a certificação**
- 35** \_\_\_\_\_ **Certificação Florestal para Projetos de Manejo Comunitário: dificuldades e perspectivas**  
Projeto Cachoeira, Xapuri, Acre  
Projeto Fase Gurupá  
Comitê do Projeto de Manejo Florestal Comunitário de Marabá  
A Experiência da OSR com Projeto de Manejo Florestal Comunitário
- 45** \_\_\_\_\_ **Discussões e Recomendações**  
Trabalho de Grupos  
Recomendações
- 54** \_\_\_\_\_ **Lista de Siglas**



## Introdução

O Seminário “Certificação Florestal e Movimentos Sociais na Amazônia” foi realizado em Belém/PA, nos dias 20, 21 e 22 de janeiro de 2002. Durante três dias quarenta e seis pessoas, representando trinta e quatro entidades dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso, debateram as principais questões relativas ao processo de certificação florestal, pelo menos àquelas pertinentes à forma como este vem se desenvolvendo na Amazônia.

Como antecipamos na sua convocatória, o objetivo central do Seminário consistia na abertura de um espaço de debate, no qual os atores diretamente envolvidos na certificação florestal pudessem vir à cena, para discutir, com diversos representantes da sociedade civil amazônica, a sua experiência concreta com o processo de certificação. Dentro desse objetivo geral, destacamos alguns temas específicos para maior aprofundamento:

- O esclarecimento sobre os mecanismos de obtenção da certificação florestal para projetos comunitários e empresariais de larga escala;
- O debate sobre possíveis benefícios a serem alcançados por trabalhadores e comunidades envolvidos em projetos comunitários e não-comunitários;
- A discussão sobre a viabilidade da obtenção da certificação florestal para comunidades que realizam manejo de produtos florestais (madeireiros e não-madeireiros);
- A reflexão sobre o aprimoramento da ação sindical com vistas à obtenção de maiores ganhos para trabalhadores envolvidos em atividades de exploração florestal certificadas.

Para informar o conjunto dessa discussão, convidamos algumas entidades e indivíduos, que vem atuando na certificação florestal na Amazônia, caso de representantes do FSC-Brasil, do Grupo de Compradores de Madeira Certificada, dos trabalhadores da indústria madeireira e de protagonistas de experiências de manejo florestal comunitário em curso.

Ao concentrarmos nosso esforço de mobilização em torno das lideranças dos trabalhadores e das comunidades envolvidas em processos de certificação<sup>1</sup>, nosso intento era o de fornecer um amplo painel de como

<sup>1</sup> Das quatro empresas então certificadas: Mil Madeireira e Gethal no Amazonas, Juruá e Cikel no Estado do Pará e das experiências de MFC em processo de certificação.

a certificação vinha se desenvolvendo na região e como a dimensão social desse processo vinha sendo tratada, contudo, como poderá ser verificado nas páginas seguintes desse relatório, esse objetivo foi atingido apenas parcialmente.

O êxito apenas relativo dessa meta<sup>2</sup> por si só já é um indicador do muito que existe a ser feito em termos da mobilização de trabalhadores e comunitários para o usufruto dos benefícios possíveis de serem auferidos a partir da certificação de uma empresa ou de uma iniciativa de Manejo Florestal Comunitário. Todavia, mesmo não tendo alcançado o conjunto de nossas expectativas sobre a mobilização desses trabalhadores e comunitários, bem como, pela ausência imprevista de algumas entidades convocadas para o Seminário, pensamos que ele cumpriu um importante papel, tanto pela riqueza do debate realizado como pelas possibilidades de desdobramento da iniciativa, a serem encaminhadas por quem de direito, o FSC-Brasil, as certificadoras e as entidades ali presentes.

Por fim, cabe agradecer às entidades que tornaram possível o encontro, particularmente ao IIEB, à Cese e ao Saap/Fase, bem como aos companheiros da Fase Nacional e do Imazon que, junto com o GTNA, coordenaram o trabalho de realização do Seminário.

---

<sup>2</sup> Apesar dos nossos esforços em colocar todos os meios necessários (referentes ao custo de transporte e hospedagem) para participação, não compareceram ao evento os representantes das comunidades da área de influência das unidades de manejo certificadas de empresas como Juruá, Cikel e Gethal. Outro fator que contribuiu para a ausência ocorreu por não termos conseguido mobilizar representantes de trabalhadores da Juruá e da Cikel para se fazerem presentes ao Seminário.

## A Certificação Florestal e o FSC no Brasil

*Walter Suiter<sup>3</sup>*

A certificação florestal surgiu no Brasil nos anos 90 como uma alternativa para pressionar e orientar, via mecanismos de mercado, a forma de gestão das florestas tropicais. Nos anos 80, as principais organizações não-governamentais ambientalistas utilizaram o boicote como instrumento de pressão. É nesse contexto de inovação, que o FSC, uma ONG internacional cujo objetivo é difundir o bom manejo florestal, surge. Baseado em princípios e critérios sociais e ecológicos, o certificado concilia as salvaguardas ambientais juntamente com uma remuneração justa para os produtos da floresta.

O FSC desenvolve os princípios e critérios universais para certificação, bem como credencia e monitora organizações certificadoras especializadas e independentes. Apóia também o desenvolvimento de padrões nacionais e regionais de manejo florestal, que servem para detalhar/adaptar a aplicação dos princípios e critérios à situação de cada país e à realidade de um determinado tipo de floresta. Tanto os padrões nacionais e regionais como as organizações nacionais precisam do reconhecimento do FSC Internacional para sua efetivação.

A certificação florestal compara as atividades do manejo florestal de florestas nativas ou plantadas no mundo todo com padrões escritos, levando em consideração questões ambiental, econômica e social. Assim, além de assegurar seu compromisso com o ambiente e a sociedade, melhora a qualidade do manejo, pois pressupõe um planejamento efetivo, a continuidade das atividades e a redução dos custos operacionais.

O selo FSC é uma garantia da origem. Ele atesta que a madeira ou outro insumo florestal utilizado num produto são oriundos de uma floresta manejada de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável, cumprindo todas as leis vigentes. Além de certificar atividades de exploração florestal em plantações e unidades manejadas, o selo analisa também a “cadeia de custódia” para obtenção destes produtos, dos insumos ao acabamento final. A certificação da cadeia de custódia é uma garantia da origem. Nesse caso, quem solicita a certificação é a indústria manufatureira.

---

<sup>3</sup> Secretário Executivo do FSC Brasil.



A certificação é voluntária e depende da iniciativa da empresa ou grupo interessado. Não pode ser discriminatória, mas deve ser independente e transparente. Pode ser parcial, ou seja, de apenas parte do processo. Durante o processo há o envolvimento da sociedade, característica esta que diferencia o FSC de outras entidades que trabalham com certificação.

De acordo com dados do início de 2001, o perfil da certificação do FSC no Brasil e no mundo é o seguinte:

### **FSC no Brasil**

---

- 1.000.000 ha certificados
- 20% Nativas
- 80% Plantações
- Manejo Comunitário
- + 80 Cadeias de Custódia

### **FSC - Hoje no Mundo**

---

- 27.000.000 ha certificados
- 54 países
- + 500 afiliados
- 20.000 produtos com selo no mercado

A primeira tentativa de fundar uma representação do FSC no Brasil ocorreu em 1993, mas apenas em 1997 surgiu o Grupo de Trabalho FSC Brasil. Em 2001 foi formado o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (CBMF FSC Brasil).

A estrutura do CBMF FSC Brasil é semelhante ao FSC Internacional, o que inclui uma assembléia geral, um conselho diretor, um conselho fiscal e um comitê de resolução de conflitos. O conselho diretor é formado pelas três câmaras: ambiental, econômica e social. Na câmara social estão as ONG's sociais, sindicatos, entidades sociais e a sociedade em geral.

No caso do FSC Brasil a representação do Conselho Diretor, em 2001, ficou assim constituída:



A determinação de padrões para a certificação constitui um processo relativamente amplo. É feita através de grupos de trabalho no CBMF, segue uma consulta ampla, além de oficinas e testes de campo. Após a harmonização, os padrões são aprovados em assembléia do FSC-Brasil e devem ser referenciados pelo FSC Internacional.

Durante o processo de certificação, a sociedade em geral tem vários momentos de intervenção possível e acesso às informações da unidade de manejo florestal e/ou cadeia de custódia que está sendo avaliada.

Na pré-certificação é feita uma consulta pública onde os interessados podem levantar restrições e o certificador verificar as irregularidades. Nesta fase é feito um resumo público do plano de manejo. Durante o processo de certificação são elaborados os seguintes documentos: resumo público do relatório de certificação e resumo do monitoramento anual. No período pós-certificação pode ser feita uma apelação por escrito para o comitê de apelação do México.

Graficamente esta intervenção/documentação pode ser assim demonstrada:



Uma das principais críticas feitas à certificação do FSC é o custo decorrente desse processo. Para tentar minimizar o problema foi criada certificação em grupo. Trata-se de certificação assumida por uma entidade legalizada na qual, entre outros aspectos, deve atentar para a observação do compartilhamento de responsabilidades do grupo com a entidade que o representa.



## A agenda social do FSC

**Sandra Faillace<sup>4</sup>**

O caráter social tem ocupado cada vez mais espaço dentro do FSC. Aqui vamos mostrar essa faceta da situação e como o movimento social na Amazônia pode vir trabalhar com a certificação florestal.

O FSC surgiu dentro de um contexto histórico de crescente preocupação pública em todo o mundo sobre questões como qualidade de vida e saúde do homem atingidas pelas grandes ameaças ambientais advindas do modelo de produção e de consumo dominantes após a 2ª guerra mundial com os efeitos deletérios da poluição industrial. Nesse mesmo contexto, surge a preocupação com a preservação das florestas e o manejo florestal. Este movimento se intensifica na década de 70 e 80, levando a uma pressão cada vez maior sobre o mercado. No plano internacional, as relações entre comércio e meio ambiente começa a ser discutida e o mercado começa a incorporar questões ambientais. O selo verde de produtos orgânicos já havia surgido na década de 30 na Europa, mas o selo florestal do FSC surge na década de 90.

Fundamental lembrar também neste contexto é que o neoliberalismo, com seu discurso de “presença mínima do Estado, presença maior da sociedade, o Estado sai de cena e deixa que o mercado se resolva”, levando a mudanças de visão no papel dos governos como reguladores, transferindo responsabilidades regulatórias para governos regionais e locais e para o setor privado, além de uma crescente confiança em medidas voluntárias para suplantar as medidas regulatórias. Junto com a destruição de florestas e a implantação de monoculturas principalmente no hemisfério sul, vem a ameaça aos direitos humanos, culturais e políticos de populações em áreas de florestas, a perda dos direitos históricos dos trabalhadores em todo o mundo e a crescente exclusão social no modelo de desenvolvimento internacional que começam a ser questionados.

O FSC surgiu após a ECO-92. No encontro, surgiu o primeiro documento que delineava o desejo de criar uma entidade que pudesse incorporar questões sociais e ambientais, direitos dos povos indígenas, direitos dos trabalhadores da floresta, impactos de grandes empreendimentos florestais sobre as comunidades do entorno etc. A importância deste documento (e a posterior fundação do FSC Brasil em

---

<sup>4</sup> Da Fase Nacional e Representante da Câmara Social do FSC Brasil.

93), foi que ele abriu o debate sobre a regulamentação de direitos e políticas florestais. É um instrumento que dá visibilidade política aos movimentos sociais. O que acredito ser o ganho maior.

O potencial social da certificação pode ser medido de algumas ações ligados ao FSC:

- Interfere no debate sobre a regulamentação de direitos, de política florestal etc;
- Instrumento possível de regulação social;
- Controle social sobre as atividades das grandes empresas <-> cobrança de responsabilidade social do empresariado;
- Dá visibilidade política aos movimentos sociais;
- Possibilita a inclusão de extrativistas, indígenas, associações de produtores, cooperativas, micro-empresas e pequeno produtor familiar;
- Atenção diferenciada: aos custos, critérios e procedimentos de avaliação específico;
- Democratização do mercado;
- Insere questões de direitos sociais, econômicos, políticos, culturais em uma relação, *a priori*, exclusivamente de mercado (produtor/consumidor);
- Exige a resolução de conflitos fundiários;
- Exige a resolução de conflitos com comunidades locais, ou populações indígenas, ou populações tradicionais e os trabalhadores florestais.

Os 10 princípios e os 56 critérios que norteiam a atuação do FSC foram criados dentro de um grande debate em uma mesa de negociação de entidades ambientalistas internacionais e regionais, movimento social, empresariado, governo etc. Desses dez princípios, cinco se referem de forma mais direta aos aspectos sociais da certificação. São eles:

**Princípio 1** - O manejo florestal deverá respeitar todas as leis aplicáveis ao país onde opera, os tratados internacionais e acordos assinados por este país, e obedecer a todos os princípios e critérios do FSC.

**Princípio 2** - As posses de longo prazo e os direitos de uso da terra e dos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos, apontando para uma resolução de conflitos.

**Princípio 3** - Os direitos legais e constitucionais dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos, devem ser reconhecidos e respeitados.

**Princípio 4** - As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar, a longo prazo, o bem estar social e econômico dos

trabalhadores florestais e das comunidades locais do entorno. As atividades, portanto, devem trazer benefícios a quem estão impactando diretamente que são as comunidades do entorno e os trabalhadores da floresta.

**Princípio 5** - As atividades de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente e otimizado dos múltiplos produtos e serviços da floresta e não só os madeireiros para assegurar a viabilidade econômica e uma grande quantidade de benefícios ambientais e sociais.

O FSC sempre foi visto como sendo mais ambientalista do que social e mais para empresas do que para o lado comunitário – mas não é verdade. Ele desde o início foi sócio-ambiental e procurou apoiar o desenvolvimento do manejo florestal em todas as escalas de intensidade. No começo o trabalho do FSC teve o objetivo de causar impacto no mercado europeu e americano. De três anos para cá, a questão social se tornou estratégica dentro do FSC e foi construída uma agenda social que o diferencia de qualquer outro esquema de certificação.

Com o apoio da Assembléia de 1999, foi organizada a conferência anual de 2000 que foi chamada de conferência para as pessoas, direcionada para as temáticas sociais e para o fortalecimento dos grupos sociais mais relacionados com a certificação: trabalhadores florestais, grupos indígenas e grupos envolvidos com manejo florestal comunitário.

Documento sobre estas questões sociais já estão circulando. As questões que constavam da moção que foi votada por unanimidade na Assembléia de 1999 já vem sendo incorporado nestes 3 a 4 anos de FSC. São eles, entre outros:

- Convenções OIT para Trabalhador Florestal.
  - Eliminação do trabalho forçado;
  - Eliminação do trabalho infantil;
  - Direito de organização sindical e de negociação coletiva;
  - Igualdade de oportunidades e de tratamento (não discriminação);
  - Qualificação da mão de obra;
  - Segurança e saúde dos trabalhadores;
- Revisão de questões que envolvem manejo de plantações florestais (impactos) e a certificação.
- Cadeia de custódia para certificação em grupo.
- Discussão ampla do Princípio 3 – dos povos indígenas.
- Revisão sobre procedimentos de certificação para pequena escala/social.

Assim, o FSC tem trabalhado cada vez mais sobre diretrizes sociais, tentando uni-lo a aspectos ambientais e econômicos.



## A atuação das certificadoras do FSC na amazônia

### SCS – Scientific Certifications Systems

**Roberto Bauch<sup>6</sup>**

**Mário Kikuch<sup>6</sup>**

A SCS é uma organização científica multidisciplinar fundada em 1984 com programas internacionalmente reconhecidos em avaliações independentes de certificação e normatização. Atua em operações na América, Europa e Ásia e é participante de iniciativas nacionais e internacionais de normatização (Forest Stewardship Council, Marine Stewardship Council, ISO 14000). É membro fundador do FSC. A certificadora é credenciada pelo FSC desde 1995.

A SCS certificou até o presente momento no Brasil oito operações de florestas plantadas e duas operações de florestas naturais<sup>7</sup>, apresentando ainda duas operações de florestas naturais em processo de certificação<sup>8</sup>.

No processo de certificação, a SCS trabalha com uma equipe multidisciplinar, que considera e avalia os aspectos econômico, social e ambiental referentes à unidade avaliada. Esses três elementos possuem a mesma importância para efeito da avaliação são independentes e interdependentes. De acordo com a metodologia da SCS, os passos requeridos no processo de avaliação são os seguintes:

1. Realizar uma avaliação preliminar (opcional);
2. Escolher a equipe da avaliação;
3. Consultar as partes interessadas, locais e regionais (reuniões públicas);
4. Determinar a importância dos distintos critérios;
5. Reunir e analisar os dados;
6. Avaliação de campo;
7. Dar notas ao desempenho da empresa;
8. Se for necessário, cumprir as pré-condicionantes;

<sup>6</sup> Engenheiro Agrônomo Silvicultor, representante da SCS no Brasil.

<sup>6</sup> Sociólogo, especialista em Sociologia do Desenvolvimento/Planejamento, consultor e auditor da SCS.

<sup>7</sup> Fazenda Rio Capim, da Cikel Brasil Verde S/A e Fazenda Santa Maria, da Juruá Madeiras Ltda.

<sup>8</sup> Fazenda Aratau, da Juruá Madeiras Ltda e a Exportadora de Madeiras do Pará Ltda.



9. Elaborar um relatório detalhado, especificando as condicionantes e recomendações;
10. Solicitar e responder aos comentários do cliente;
11. Solicitar e responder aos comentários de profissionais homólogos;
12. Emitir o relatório final.

A avaliação preliminar é opcional. A grande vantagem dessa pré-avaliação é indicar ao demandante “*onde vai doer o sapato*” e assim poder saber como chegar mais rapidamente à certificação. Após a negociação de custos com o solicitante da certificação, são feitas duas reuniões públicas. Na primeira, para qual são convidadas entidades representativas da sociedade civil e cidadãos em geral independentemente de seu envolvimento com questões ambientais ou sociais, é apresentado o que é uma certificação florestal e a empresa apresenta o seu plano de manejo e suas atividades mais amplas para a sociedade. Na segunda reunião pública, que normalmente é feita um dia antes de ir a campo, a empresa pleiteante não participa para evitar eventual retaliação ou constrangimentos e são colhidas as preocupações públicas das entidades e dos cidadãos em relação ao empreendimento. São dicas de quem está mais próximo e que, obrigatoriamente, serão averiguadas pela equipe de avaliação, respondidas no Sumário Público do processo e, quando concluído, remetidas a todos os participantes da reunião ou a quem se interessar pelo assunto

Após alguns passos como a avaliação em campo, na empresa ou unidade de produção e entrevistas, é feito um relatório detalhado com condicionantes e recomendações que primeiramente é enviado ao cliente e, depois, a três revisores independentes que fazem suas observações. A certificadora, então, recomenda ou não a certificação através de um relatório final que é analisado em última instância por um comitê nos Estados Unidos.

### ***Critérios utilizados no SCS***

Agora serão feitos alguns esclarecimentos sobre a *pontuação* utilizada no processo de certificação. Desde a pré-certificação são apresentados os “*pontos fortes*”, aqueles que provavelmente estariam em conformidade com os padrões exigidos para a certificação, assim como os “*pontos fracos*”, ou aqueles que, numa primeira avaliação, encontram-se aquém das exigências requeridas para a certificação e que teriam de ser aprimoradas, caso se deseje levar o processo adiante. Trata-se de uma maneira de se ter uma idéia de como se encontra o manejo levado a cabo

pela pleiteante e que, em muitos casos, é um instrumento muito útil para o aprimoramento do manejo florestal desenvolvido.

O princípio 4, apresentado por Bauch, é o que trabalha mais a questão social, apesar do aspecto estar incluso nos outros princípios do FSC. Para trabalhar a pontuação, indicadores são reagrupados aos padrões em 5 elementos:

1. No campo de empresa, são analisados aspectos sócio, econômicos, financeiros (balanço, lucratividade), a posse da terra, histórico da terra (a legalidade da terra, o tipo de exploração etc);
2. Benefícios à comunidade nas entrevistas. Reuniões avaliam que tipo de relacionamento a empresa tem com a comunidade do entorno, a imagem institucional da empresa, empregos gerados para trabalhadores locais, apoio a atividades locais, incluindo os benefícios indiretos como impostos;
3. Investimento em capacitação e recursos humanos. É exigida mão-de-obra qualificada tanto na empresa como no manejo florestal comunitário. Evidentemente, a extensão e o montante gasto com tais atividades são diferenciados de acordo com o porte e os recursos da empresa a ser certificada. No caso de manejo comunitário, o que é despendido com qualificação será igualmente diverso de uma empresa, sendo que, provavelmente, utilizar-se-á de outros recursos, até mesmo através de ONG's ou outros meios. Tais peculiaridades são levadas em consideração na auditoria.
4. Relacionamento com empregado e contratados. Se o trabalho for terceirizado, os trabalhadores também têm que ter seus direitos assegurados. Em relação a condições de trabalho (habitabilidade, higiene, segurança do trabalho), o selo é bastante rigoroso. Não se pode tratar uma empresa ou manejo comunitário de forma distinta, ou seja, uma auditoria de Certificação Florestal não será "menos" rigorosa com um manejo comunitário, pelo fato de ser levado a cabo pela população e não por uma empresa. A atividade de exploração florestal envolve riscos que requerem, além de qualificação adequada, condições de trabalho, atitudes, procedimentos e equipamentos adequados.
5. Aspectos legais, econômicos e financeiros.

## **IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola**

*Tasso Rezende de Azevedo<sup>9</sup>*

O Imaflora, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável, incentivando e promovendo o manejo florestal e agrícola ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável. São utilizados como ferramentas: a certificação, o treinamento e capacitação e o apoio ao desenvolvimento de políticas públicas.

O Instituto, fundado em 1994, atua nacionalmente através de cinco programas: de certificação florestal, de certificação agrícola, de treinamento e capacitação, de apoio ao desenvolvimento de políticas públicas e de estímulo à certificação.

Em projetos de certificação florestal, o Imaflora atua em parceria com a ONG Rain Forest Alliance, através do Programa SmartWood de certificação, credenciado pelo FSC – Conselho de Manejo Florestal.

Atualmente existem três áreas de manejo de florestas naturais certificadas pelo Imaflora na Amazônia, perfazendo um total de 150 mil hectares. São os casos da Mil Madeireira, em Itacoatiara (AM); da Gethal Amazonas, em Manicoré (AM) e da Muaná Alimentos, em Muaná (PA). Na região Sul, já existem cinco áreas de plantações florestais certificadas pelo Imaflora com um total aproximado de 300 mil hectares. São eles: Klabin do Paraná, em Telêmaco Borba (PR); Riocell, em Guaíba (RS); Rhoden, em Salete (SC); Juliana Florestal, em Caçador (SC), e Flosul, em Capivari do Sul (RS).

Além disso, existem mais 17 casos de certificação em andamento na Amazônia, sendo destes, cinco projetos de manejo florestal comunitário, principalmente no Estado do Acre.

Os seguintes passos devem ser seguidos em um processo de certificação FSC com o Imaflora/SmartWood:

- Contato com certificador;
- Avaliação de pré-qualificação;
- Relatório com recomendações;
- Preparação para a avaliação completa;
- Contrato de avaliação para certificação;
- Consulta pré-avaliação de campo;
- Avaliações no campo;
- Relatório com resultado da avaliação;

<sup>9</sup> Engenheiro Florestal, Diretor Executivo do Imaflora.

- Consulta pós-avaliação de campo (único passo que é diferente do SCS);
- Revisão de especialistas;
- Decisão de certificação.

O Imaflora busca, através da certificação florestal, o desenvolvimento social dos diferentes grupos envolvidos em atividades de manejo florestal. Seja promovendo melhores condições de trabalho para funcionários (próprios e terceirizados) de empresas florestais ou incentivando melhorias na organização social e qualidade de vida de populações tradicionais e comunidades extrativistas.

Podem ser citados avanços sociais bastante significativos nos projetos certificados, principalmente no que se refere ao cumprimento integral da legislação trabalhista, capacitação e condições de segurança e saúde do trabalhador, reconhecimento de posse e direito de uso às comunidades vizinhas das operações certificadas.

O Imaflora/SmartWood permite e incentiva a participação pública à qualquer momento durante um processo de certificação. Os grupos interessados podem interferir em um processo de certificação participando das reuniões públicas, respondendo as consultas públicas ou enviando comentários ao Imaflora a qualquer momento, seja antes ou depois da operação ser certificada. Além disso, são disponibilizados pelo Imaflora documentos explicativos sobre o processo de certificação, um resumo público do relatório de certificação e um resumo público do Plano de Manejo da operação avaliada.

Algumas experiências e pontos positivos e negativos que a certificação florestal acarretou:

#### Mil Madeireira (Itacoatiara, capital suíço/holandês, 7 anos)

Pontos positivos	Pontos negativos
- Solução da posse da terra	- Carvoaria e terceiros
- Banco de horas*	- Isolamento da comunidade local
- Condições de trabalho na área florestal	

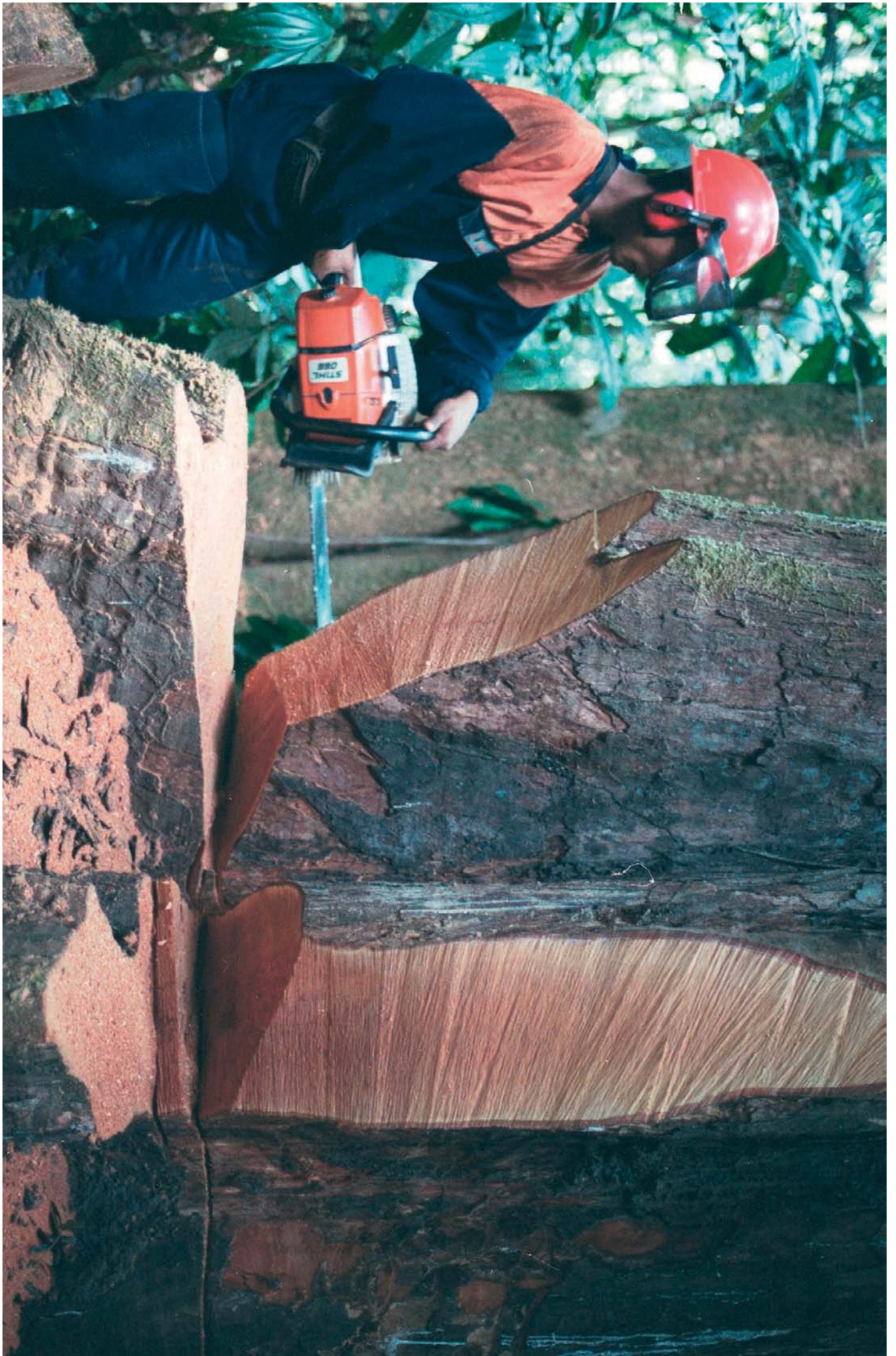
\*Vantagem de contrato anual; o contrato parcial devido aos riscos no inverno significaria desemprego periódico.

#### Gethal Amazonas (Manicoré/AM, 42 mil ha, capital americano, 20 anos)

Pontos positivos	Pontos negativos
- Exclusão da área indígena	- Processamento em Itacoatiara
- Reconhecimento do direito tradicional	- Impacto na comunidade Democracia
- Condições de trabalho na área florestal	- Impasse da Castanha
- Mão-de-obra local	

#### Muaná (Muaná/PA, Palmito e Açai, 4 mil ha, br, brasileira)

Pontos positivos	Pontos negativos
- Solução da posse em Currealinho	- Viabilidade econômica
- Relação empresa comunidade-poder público	- Instabilidade da equipe
- Condições de trabalho e sanidade	
- Incentivo à atividade cooperativa	



## O Mercado para a produção florestal certificada

**Mauro Armelin<sup>10</sup>**

Serão apresentados a seguir alguns dados sobre o mercado para a produção florestal certificada no Brasil e no exterior, através de informações coletadas de diversas pesquisas feitas a respeito do tema:

### **Brasil - Consumo de madeira tropical:**

- Brasil é o maior consumidor de madeira tropical do mundo com 34 milhões de metros cúbicos de madeira (principalmente São Paulo);
- As regiões Sul e Sudeste só ficam atrás do Japão em consumo.

### **A oportunidade de mercado**

Pesquisa do Ibope encomendada pela CNI em 98 sobre as preocupações ambientais no país revelou que os brasileiros se preocupam com:

- devastação das florestas (35%);
- poluição das águas (81%), do ar (14%) e do esgoto urbano (13%);
- 68% dos entrevistados disseram que estão dispostos a pagar um preço adicional por produtos ambientalmente adequados.

A partir desta pesquisa, o Ibope concluiu que existe um grande potencial para o desenvolvimento de demanda por produtos certificados no Brasil, especialmente no setor florestal.

### **Outras pesquisas:**

A pesquisa realizada em 2001 pelo CIEE com o público jovem mostra os seguintes dados:

- 75% pagariam mais por um produto ecologicamente correto;
- 80% não comprariam um produto mais barato sabendo que ele agride o meio ambiente.

---

<sup>10</sup> Engenheiro Florestal da ONG "Amigos da Terra".

Este resultado acabou mostrando três importantes informações: uma que o jovem está disposto a pagar mais, que eles se propõem a boicotar e que estão interessados em saber quais os produtos ecologicamente sustentáveis. Mas, como ele vai saber desta informação? O caminho é através de selo verde.

Uma pesquisa do MMA e do ISER 2001 mostra os seguintes dados:

Os maiores problemas ambientais do Brasil:

- Desmatamento: 49%;
- Poluição de rios e lagos: 29%;
- Poluição do ar: 15%;
- 69% não aceitam conviver com mais poluição para terem mais empregos;
- 27% dão preferência de compra aos “produtos verdes”;
- 81% ficariam mais motivados a comprar um produto com rótulo informativo sobre a origem ambientalmente correta.

Esta pesquisa mostra que o consumidor está começando a ficar mais seletivo e mais motivado. Ele está disposto a buscar alternativas de vida.

Agora, passamos para a visão do empresário:

### **Os grupos de compradores – como funcionam?**

As empresas assumem compromisso de consumir produtos certificados, de acordo com:

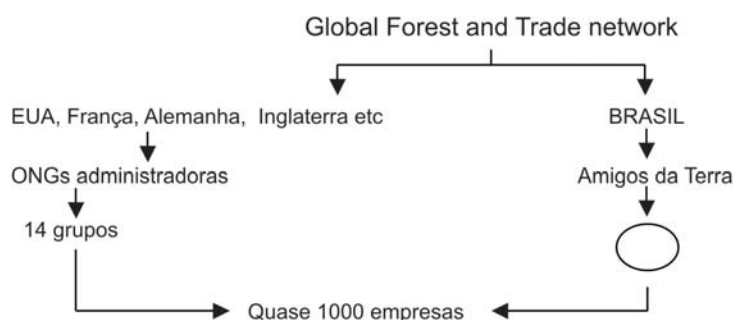
- prazo para começar;
- quantidade;
- com a oferta de matéria-prima.

### **Compromisso público assinado pelas empresas (exemplo)**

Consumidores de espécies “Nativas”

- Aumentar gradativamente as compras de madeira nativa certificada de acordo com a disponibilidade do mercado;
- iniciar a utilização de madeira certificada em um ano;
- atingir 20% do volume do fornecimento certificado em 2003;
- 50% em 2005;
- passar, em longo prazo, a consumir apenas produtos com selo do FSC.

Já existem 14 grupos em diversos países, entre eles EUA, Canadá, Inglaterra, França. Como funciona esta Rede?



No Brasil, a ONG “Amigos da Terra” foi escolhida para criar e administrar um grupo de compradores de produtos florestais certificados. Nos outros países existe este mesmo formato, mas todos estes grupos são administrados pela WWF, exceto no Brasil e nos Estados Unidos.

### O grupo de compradores do Brasil e a certificação hoje:

Na época da fundação, eram 38 empresas. Hoje são 69 empresas. Para estes compradores, existe pouca madeira certificada, por isso, a atenção está voltada aos grupos de produtores.

O grupo de compradores está dividido em 10 categorias:

- Papel e celulose (Editora Pine);
- Varejo (Rede Tocs-tocs);
- Utilidades domésticas (Tramontina);
- Alimentação;
- Órgãos governamentais;
- Construção civil e compensados;
- Indústria madeireira;
- Carvão e lenha;
- Pisos, portas e guarnições etc. (maiores consumidores);
- Móveis e designs (34 empresas).

### Exemplos de atuação de empresas e governos no mercado internacional:

As grandes redes internacionais têm:

- Divulgado compromissos de adequação muito fortes, com data, para deixar de vender madeira sem certificado de origem;
- Divulgado o significado do FSC;
- Criado um efeito cascata na cadeia produtiva.



### **Ações dos governos**

- Alguns governos federais impõem restrições como Alemanha, Holanda, Suíça;
- Entidades dão preferência a produtos certificados como a Marinha Real Britânica;
- Alguns estados e municípios americanos como Nova York estão tentando impor restrições a produtos tropicais não certificados.

### **Principais conclusões**

O maior benefício “social” é a consolidação dos direitos dos trabalhadores com a abertura de novos nichos de mercados, criando e mantendo postos de trabalho.

Todos os dados do grupo, a lista das empresas associadas e as operações de certificação em fase de consulta pública estão à disposição no site:

**[www.compradores.org.br](http://www.compradores.org.br)**

Outros sites interessantes são:

**[www.fsc.org.br](http://www.fsc.org.br);**

**[www.imaflora.org](http://www.imaflora.org); [www.scs1.com](http://www.scs1.com)**

## **Financiamento para a produção certificada:** alternativa do ProManejo como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a Amazônia

**Rossynara Aguiar<sup>11</sup>**

O ProManejo é um programa de apoio ao manejo florestal na Amazônia para produção certificada, financiado pelo PPG7, fundos dos governos alemão e britânico, RFT do Banco Mundial, além da contrapartida do governo brasileiro. A execução é do MMA, através do Ibama, tendo como parceiros organizações estaduais de meio ambiente, ONG's, setor privado, grupos comunitários e indígenas.

### **Quais são os objetivos do projeto?**

- Contribuir para que os produtos madeireiros da região sejam oriundos de unidades de produção onde se pratique o manejo florestal de impacto reduzido, não necessariamente certificado;
- Gerar experiências piloto que contribuam para o aprendizado dos diversos segmentos envolvidos com a questão florestal e a gestão de unidades de conservação de uso direto.

### **As ações se dão através de 4 componentes:**

1. Promover a identificação e formulação de diretrizes para as políticas públicas;
2. Apoio e promoção de iniciativas promissoras de manejo em diferentes sistemas de produção florestal;
3. Desenvolvimento e teste de um sistema piloto de controle e monitoramento das atividades madeireiras;
4. Apoio ao manejo de recursos florestais na Floresta Nacional de Tapajós.

### **Estratégia do ProManejo:**

- Apoiar iniciativas promissoras de manejo florestal madeireiro;
- Realizar dia de campo com produtores de madeira (capacitação);
- Apoiar seminários e treinamentos de manejo florestal;

---

<sup>11</sup> Assessora Técnica do ProManejo

- Realizar oficinas de manejo florestal comunitário e com produtores de madeira;
  - Apoiar a publicação de material técnico na área de manejo florestal
- Em 1996, foram 21 experiências promissoras na Amazônia. Oito apresentaram projetos ao ProManejo, cinco destes foram aprovados.

O programa apoia os seguintes projetos:

**Manejo florestal comunitário:** Instituto Mamirauá (várzea), CTA e Embrapa, Ecoporé, Funpea (capoeira), Graal, Isa.

**Manejo florestal empresarial:** Fua, Funtac, FFT, Senai (capacitação), Fuf/MT.

Apenas alguns projetos estão requerendo recurso para a certificação (Xikrin, Ecoporé, Graal).

O principal problema nos projetos está sendo o planejamento gerencial dos mesmos. O recurso pode ser bloqueado se não forem cumpridos os prazos do projeto. O monitoramento é feito através de visitas a campo e reuniões.

## **2ª Fase do ProManejo**

- Apoio a novos projetos;
- Extensão florestal;
- Apoio à indústria e capacitação.

## Relações comunitárias e certificação florestal: um balanço das experiências existentes

A seguir, três representantes de comunidades envolvidas com empresas detentoras de certificação florestal contam suas experiências com as companhias.

### Comunidade de Aparecida e a Mil Madeireira

*Nestor Lopes Cascae<sup>12</sup>*

A relação da comunidade de Aparecida com a Mil Madeireira, em Itacoatiara (AM), começou em maio 2001. Na época, representantes da empresa foram de casa em casa para saber a opinião de cada um sobre a presença da madeireira. Ao final, chegaram à conclusão que a Mil poderia comprar mudas, além de contribuir com outras coisas. Foi então que o trabalho começou.

Os primeiros treinamentos foram de primeiros socorros e capacitação em compostagem. Em ambos os casos, os cursos englobavam também as comunidades de Santana e do Caru. A Mil Madeireira também propôs às três comunidades a produção de 10 mil mudas de várias espécies e ofereceu vagas para o trabalho de plantio de mudas, pagando um preço razoável tanto pelo serviço como pelas mudas (preço médio da praça). Ofereceram os resíduos da madeira para construir um viveiro e se colocaram à disposição para pagar a mão-de-obra da comunidade. Aparecida conta com uma estagiária da Embrapa que acompanha este projeto. Também está em andamento uma outra proposta, que ainda não está fechada. A ideia é que as comunidades façam 100 mil mudas em quatro anos, 25 mil por ano. Ainda precisamos conversar mais sobre essa proposta.

Na saúde, a empresa ofereceu serviços odontológicos e médicos, atendendo uma média de 80 pessoas da comunidade.

Sobre o selo verde, a empresa nunca nos explicou nada sobre o assunto.

---

<sup>12</sup> Representante da comunidade de Aparecida, Itacoatiara (AM).

## A Muaná Alimentos na visão do Sindicato de Trabalhadores Rurais

*Sr. Ataíde de Carvalho Lobato*<sup>13</sup>

No final de 1998, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muaná foi procurado por dois técnicos da Muaná Alimentos com questionários, perguntando se havia atrito de terras entre técnicos da empresa e os comunitários. Eles perguntavam se era importante a fábrica se instalar. Nós respondemos que sim porque seria a única indústria de Muaná, e empregaria um número considerável de pessoas. Não deixei de dizer também que tinha algumas coisas a desejar como o caso dos palmiteiros (trabalhador que extrai palmito), que não tinham nenhuma proteção. Se um palmiteiro fosse picado de cobra, não tinha quem acudisse até chegar na cidade. Falamos muitas coisas para os pesquisadores e eles iam anotando. Após alguns meses chegaram vários técnicos alemães foram lá também para pesquisar. Fizeram as mesmas perguntas. Foi dessa vez que tivemos conhecimento de que a empresa Ita<sup>14</sup> estava praticamente falida.

Passou pouco tempo e representantes da empresa nos procuraram novamente, pedindo uma reunião. Queriam formar uma cooperativa de serviços gerais da fábrica. Como a gente não se convenceu desta história, solicitamos assessoria jurídica da Fetagri. Vimos que um dos objetivos desta cooperativa era tirar a responsabilidade da fábrica sobre os seus funcionários, que já eram cerca de 200 pessoas.

Um grupo acabou se reunindo na fábrica e, daí em diante, me largaram. As eleições estavam chegando, um pessoal acabou tomando conta e fundou a cooperativa. No final de 2000, saíram 70 funcionários da empresa e procuraram seus direitos. Muitos não tinham carteira assinada. O movimento tem muita deficiência na área jurídica, por isso, encaminhamos os trabalhadores a um advogado de Abaetetuba. Foi um atrás do outro para a Justiça. Há cinco meses, a empresa começou a procurar o STR. Queriam que pedíssemos aos funcionários que desistissem da ação na Justiça. Diziam que se todos fossem receber, a fábrica iria fechar. Eles disseram que até agora, vinte pessoas já receberam a indenização. O pessoal estava saindo da cooperativa porque não via nenhum lucro.

---

<sup>13</sup> Ex-presidente do STR de Muaná (PA).

<sup>14</sup> Antiga empresa de palmito instalada em Muaná.

Na virada para 2000 foi feita a certificação da área da Muaná Alimentos. Sobre benefícios sociais de educação e de saúde, eu não tenho conhecimento. No tempo da Ita, construíram um prédio, mas tudo está jogado. Era para ser uma creche. Foi aberta uma escola de informática, o investimento ficou só nisto. Não houve ganhos para o cooperado, só informatizaram a fábrica.

Já o reflorestamento da área foi feito apenas na beirada. Não existe uma grande plantação. As principais diferenças que notei com a certificação foi a melhora na tecnologia e a estrutura mais bonita. Quanto à participação, a diferença foi a eleição, que teve reunião, churrasco na fábrica. Só isso.



# Os trabalhadores da indústria madeireira e a certificação

## Os Trabalhadores de Itacoatiara e a indústria madeireira

*João Vieira<sup>15</sup>*

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira (STIM) de Itacoatiara, no Amazonas, foi fundado em 1966, mas esteve nas mãos de patrões até 1984. Com a tomada pelos trabalhadores em 84, o STIM começou a travar várias lutas inéditas até então no Brasil como:

- mobilização contra a exportação em toras de madeiras, combatendo o tráfico da empresa Carolina, sediada em Itacoatiara;
- mobilização contra o trabalho sem carteira assinada. Hoje a maioria dos trabalhadores está legalmente registrada;
- luta contra o trabalho forçado, que atingia tanto homens como mulheres;
- outra vitória foi a questão salarial. Houve um aumento significativo. Os rendimentos chegam a mais de dois salários mínimos.

Através de convenções coletivas, o sindicato começou a criar instrumento de mobilização política. Fizemos greves de 30 dias. Destacamos questões políticas e sociais nacionais como as manifestações dos “caras pintadas “ do *Fora Collor*. Voltamos também para a questão ambiental com participação do Greenpeace na visita à Amazônia, que colocou a questão ambiental na discussão.

Influenciado por este contexto, a Conticom, que tinha uma atuação forte no FSC, aderiu à certificação por compreender que ela não veio só para melhorar a questão ambiental ou o problema econômico dos empresários, mas também porque é uma alternativa para a floresta. Na minha opinião, a certificação florestal não é a única salvação da Amazônia, mas representa uma mudança significativa das relações de trabalhos e traz benefícios que não existiam. Antes as empresas não tinham compromisso de contribuir com os trabalhadores e o Estado não se preocupava com a situação do ribeirinho. Havia situações de escambo como a troca de 6 árvores por 1kg de açúcar, o que saia por R\$ 30,00 o

---

<sup>15</sup> Secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores Madeireiros de Itacoatiara e da Conticom até junho/02.



quilo. Eles enganavam os índios e os ribeirinhos. Também estou cansado de ouvir que 60% da madeira é desperdiçada, enquanto a maioria dos ribeirinhos não tem uma casa digna. Os ribeirinhos permanecem sem alternativas e sem condições, porque o Estado não oferece nada e o amazônico fica à sua própria sorte. Entendo que através do trabalho manejado, a floresta terá mais resistência a longo prazo. Acredito também que é possível trabalhar os resíduos que hoje são estragados e vão para o cemitério.

Além disso, a certificação florestal reforça e dá visibilidade à luta sindical. Uma questão fundamental da certificação foi a mudança da relação com os empresários. A relação de empresários e STIM melhorou. Na década de 80 a 90, sempre havia barreira com um batalhão de polícia para os sindicalistas chegarem à porta da fábrica. Não conseguíamos nada a não ser à força. Com a instalação da Mil, este sistema fraquejou. Na 1ª convenção coletiva em 97, tínhamos uma pauta de negociação que incluía a questão salarial. Um diretor da empresa Mil Madeireira foi no sindicato dos trabalhadores para discutir uma proposta diferente até maior que a nossa solicitação. A empresa, inclusive, exerceu pressão em cima das outras empresas locais por uma melhoria salarial. O primeiro passo foi importante, tivemos acesso à empresa, asseguramos uma visita por mês com todos assegurados.

Desde 85 fazemos denúncias de acidentes de trabalhos na Gethal e Carolina, mas não tínhamos respaldo, passamos até a ser chamados de mentirosos. Em 97, através do Ministério Público do Trabalho em Brasília, conseguimos uma fiscalização. Somente, entre 96 e 97, 973 acidentes de mutilação aconteceram na cidade de Itacoatiara, que passou a ser conhecida como *a cidade dos mutilados*. Houve quem quisesse fechar as empresas por esses crimes, mas não quisemos para evitar desemprego. As empresas, então, firmaram compromisso de renovação da tecnologia para redução de acidentes.

Em 1998, ocorreu um seminário internacional em Itacoatiara para discutir um código de conduta para as empresas do setor madeireiro. FSC, Conticom e outras entidades empresariais participaram do evento. O código florestal do município foi discutido, o encontro acabou apenas com uma carta de intenções da Gethal. Como resultado da luta, no entanto, hoje a Gethal está certificada.

Outro resultado positivo foi o apoio do Fundacentro, firmando um trabalho com empresas, trabalhadores e prefeitura para tratar da segurança do trabalho.

A mobilização por melhorias nas políticas públicas continuou. Fizemos, com recursos próprios, trabalhos com as comunidades vizinhas. Hoje, o sindicato desenvolve uma política séria em relação à legislação, trabalhando com princípios e critérios.

Hoje, as empresas certificadas só trazem a madeira que é da floresta dela. Os atravessadores de madeira estão encontrando problemas por não ter para quem vender. O madeireiro antes chegava e se instalava em qualquer local. Depois das denúncias e da Comissão Parlamentar de Inquérito das Terras Griladas, a empresa Carolina, por exemplo, foi obrigada a fechar, já que não tinha terra para explorar.

Em relação à prevenção de acidentes, na floresta, realmente, há muito poucos acidentes. Existem equipamentos. Os trabalhadores são bem treinados. Ano passado, houve apenas um acidente, mas foi uma casualidade.

A questão da carteira assinada melhorou muito. Todos trabalhadores na Gethal e na Mil estão legalizados. As condições de trabalho também melhoraram: Todos têm alojamento, cada dia vem melhorando a situação desta infra-estrutura. A alimentação é razoavelmente saudável. Este tratamento da empresa privilegia os trabalhadores da floresta, na fábrica o tratamento não é o mesmo. Um problema com horas extras resultou numa carta denúncia que o sindicato assinou. Em relação ao trabalho das mulheres, elas trabalham mais na cozinha e como enfermeiras ou técnicas de segurança na área florestal. A maioria, portanto, trabalha na cidade mesmo. Hoje elas têm o mesmo direito que os homens. Com relação à utilização da mão-de-obra local, dois anos atrás havia muitos trabalhadores paraenses, porque não existia motosserrista profissional local. Hoje a mão-de-obra é local.

Há também o sistema de Banco de Horas, sobre o qual temos algumas divergências. Para esclarecer, o sindicato aceita o sistema apenas para o pessoal da floresta, não da fábrica. Como é este Banco de Horas?

No período do inverno, o trabalho na floresta fica inviável. Por isso, no outro período, os funcionários da floresta trabalham de segunda a sábado. Antes o período de férias era de 3 de janeiro até dia 3 de junho. Conseguimos jogar as férias de todo mundo para 3 de maio. Os trabalhadores ficam em casa até o mês de junho. No outro período, as empresas, através do Senai ou por iniciativa própria, realizam cursos em várias áreas como mecânica, manuseio de motosserra e tratorismo, o que fez diminuir a necessidade de mão-de-obra especializada de fora.

A diferença de fazer parte ou não do Banco de Horas em termos de pagamento é pouca. A empresa não paga a hora extra, nem adicional. Quando aparece um serviço extra, a empresa faz uma empreitada. Junto com Greenpeace fizemos uma pesquisa sobre esta questão e os acidentes de trabalho. O trabalho ainda não foi publicado.

Para a floresta, o Banco de Horas foi a melhor forma que puderam imaginar. Para aprovar o sistema foram feitas consultas com a discussão em assembleia do sindicato. O primeiro teste foi há três anos. Houve também uma avaliação no segundo ano.

Já com relação à fábrica, existem muitos problemas. Ainda não sabemos de que forma trabalhar. Fazemos as visitas mensais e temos conversado com o pessoal. Existe a preocupação com a carga horária. Temos a bandeira das 40 horas semanais. Isto dificulta a aprovação de um sistema desses para a serraria. Apesar do trabalho na floresta ter risco, o trabalhador tem mais liberdade, o que não há na serraria. É um desafio abrir espaços para a participação dos trabalhadores na fábrica.

Por fim e para encerrar, quero dizer que precisamos encontrar alternativas para a Amazônia. E isto só se consegue discutindo com as comunidades da região.

## Certificação florestal para projetos de manejo comunitário: dificuldades e perspectivas

### Projeto Cachoeira, Xapuri, Acre

*Nilson Teixeira Mendes<sup>16</sup>*

O Projeto Cachoeira, de Xapuri, no Acre, tem 24 mil ha de área regularizada, através de contrato de concessão de sete anos, contando com uma média de 308 pessoas. Inicialmente, o manejo comunitário trabalhou com 9 famílias. Este ano, vão entrar mais 10 famílias. Somos uma comunidade bastante concentrada e consciente quanto à defesa do meio ambiente, sendo uma das poucas que brigou por sua auto-sustentabilidade e por seu direito à posse. Em 1988, tivemos 55 dias de *embate* e greve, ficamos acampados que nem bicho num local que só tinha algumas casas. Passávamos mais tempo no campo porque não tinha onde ficar. Participamos de embates contra os grileiros e grandes fazendeiros que ocupam aquela região. Encaramos este projeto de certificação, apesar da nossa produção ser de castanha e borracha e temos brigado contra a derrubada de madeira, porque sabemos que, mesmo sendo guardião da floresta, a gente acaba derrubando a floresta com a forma moderna de produção. Seja para implantar culturas como café, pupunha, cupuaçu ou lavoura branca, a gente acaba derrubando a mata. Como foram nossos passos no projeto?

Em 1990, selecionamos e preparamos a área. Em 2000, participamos de um grande encontro em Piracicaba (SP). A partir daí, começamos a pensar na certificação. Em 2001, encaminhamos uma proposta para o Imaflora para um projeto de extração madeireira. Mas havia problemas como um preço muito baixo e um manejo muito ruim da floresta. Nós nunca tínhamos vendido madeira, mas os vizinhos do lado estavam tirando a madeira de noite apesar da fiscalização do Ibama. Então vimos que deveríamos fazer uma parceria com instituições e procurar a certificação. É uma porta de mercado para mais este produto. Sofremos muitas dificuldades principalmente para arrumar as pré-condições como a casa, o escritório, arquivos. Fizemos parceria com o Pesacre e trabalhamos a questão social lá dentro. Eles deram o maior apoio porque sabem que o

<sup>16</sup> Liderança do Projeto Cachoeira em Xapuri.

projeto pode trazer benefícios desde que tenha um ativo. No entanto, sempre há alguns a favor e outros contra. E encaramos isto como um “*embate manso*”.

Vamos fazer uma segunda tentativa de exploração, mais bem planejada com relação à forma sustentada do manejo. Seria algo como: para cada derrubada, três mantido na fileira. Fica claro, que precisamos trocar experiências, buscar alternativas para o futuro das comunidades. Senão, será triste, principalmente com o aumento da população e a falta de perspectivas futuras dessa nova geração. A maioria das pessoas não acredita que a gente vai sair de baixo, por isso, o trabalho deve ser bem organizado.

O manejo florestal comunitário é diferente do empresarial. Até para tirar uma árvore, há treinamento na comunidade. Os agentes florestais se especializam em manejo florestal participativo, desde o tratorista até o motoserrista. Existem 14 pré-condições e conseguimos cumprir todas. A questão de evitar a caça com cachorro foi incluída no plano como regra, além da pesca e caça ilegais. A comunidade controla e acaba criando inimizades principalmente com policiais que alegam que a comunidade está deixando a caça para os gringos. A comunidade tem que ser responsável por suas atividades comunitárias. Hoje nos sentimos capazes. Na primeira visita do Imaflora, eles foram bastante rígidos em relação aos critérios e a comunidade sentiu-se cobrada e responsável. Em cada curso de capacitação se aprende alguma coisa. A gente sempre tem que estar se atualizando, com o manual do Ibama na mão, porque as coisas sempre mudam.

Conhecer nossos direitos também é uma questão organizacional nossa. Conseguimos retirar um monte de taxas que se pagava. Continuamos com algumas dificuldades quanto à retirada e a burocracia. Já conseguimos dar alguns passos, mas para isso a gente sua, a gente sofre. É difícil fazer um trabalho bom com tanta pressão. Conseguimos resistir à pressão de empresas que queriam comprar nossa madeira. Já fizemos uma experiência com 22 espécies aprovadas para poder valorizar a madeira e fazer a certificação. Cada espécie deve ser valorizada. Normalmente algumas madeiras desvalorizam algumas espécies. No caso deles não, se a árvore não tiver valor ela vai ficar lá. A gente vai dizer o nome dela e para que ela serve.

A Certificação Florestal cria uma revolução na comunidade, porque as pessoas começam a se organizar de várias formas. E a comunidade mesmo sabe escolher, quem dá para alguma coisa, por que algumas pessoas só compõem, vocês sabem que, numa diretoria de uma associação só colocam o nome na chapa e não fazem nada e a gente tem que sair por baixo, por este caminho. A venda de madeira dá uma renda bastante alta. A capacitação e o treinamento que são exigidos pelo processo de certificação desenvolvem bastante a comunidade.

## Projeto Fase Gurupá

*Carlos Augusto Ramos<sup>17</sup>*

A Fase é uma ONG voltada para projetos sociais e educacionais. No caso de Gurupá, trata-se de um projeto de manejo demonstrativo. Os principais objetivos com este projeto é fazer com que as comunidades com as quais trabalhamos tenham um acréscimo na renda e alguns ganhos sociais. A essência é o uso múltiplo da floresta. Este trabalho veio a ser reforçado com a oficialização do manejo florestal comunitário em dezembro. A Fase Gurupá acabou, por sinal, dando subsídios para que a regulamentação se desenvolvesse.

Tivemos alguns obstáculos quanto ao manejo florestal, principalmente na esfera burocrática do Ibama. Portanto, uma das dificuldades da certificação florestal é a legislação e a documentação exigida. Só para se ter uma idéia: o plano de manejo de madeira da comunidade de Pucuruí, uma das incluídas no projeto, demorou 8 meses dentro do Ibama. No caso do Marajoí, demorou um ano e meio para ser aprovado, por falta de documentação, segundo as alegações do Ibama.

As comunidades trabalhadas pela Fase são:

Camutá do Pucuruí é uma concessão de direito real de uso, totalmente elaborado e aprovado pelo Ibama. A comunidade passou a ter plano de uso para ter direito à terra. Comunidades do rio Marajoí e Ilha de Santa Bárbara são duas áreas remanescentes de quilombos de Gurupá, que têm inventário florestal realizado nas comunidades.

É bom esclarecer que Gurupá é um município paraense que, no entanto, pertence à jurisdição estadual do Amapá em termos de fiscalização ambiental .

A Fase acredita que deve-se caminhar do simples ao complexo para se chegar à certificação. Antes da Certificação Florestal, as comunidades mal sabiam ler e escrever. Foi preciso entender primeiro o que é um manejo florestal comunitário para só então chegar à certificação. Marajoí é a comunidade que já chegou nesta etapa. O processo não envolveu custos para a comunidade.

O importante é frisar que a elaboração do plano de uso é a síntese do que uma comunidade pode fazer tanto com relação ao manejo florestal quanto à certificação. Muitas coisas que são exigidas pela certificação estão contempladas nestes planos de uso simples que poderiam ser uma alternativa factível e real no processo de certificação. Dessa forma é possível evitar o temor de que os padrões sejam criados de cima para baixo, numa mesa de onde não se vê a realidade do campo.

---

<sup>17</sup> Mestre em Engenharia Florestal e participante do manejo florestal comunitário da Fase Gurupá.

Em relação a algumas etapas feitas no manejo comunitário de açaiçais nativos de Santa Bárbara, o plano de uso determinou que cada morador que quisesse tirar palmito teria um plano de manejo. As etapas do manejo comunitário de açaiçais de Santa Bárbara seguiu a seguinte ordem: inventário florestal e roçagem dos açaiçais, que constitui a delimitação das unidades de produção anual e a limpeza da área de açaiçal. Estas são as questões básicas. O resto é organização e realização do mesmo, o caboclo faz isto em mutirão. A questão é fazê-lo entender a importância e *parir a idéia*. No caso de manejo florestal comunitário uma etapa depende da outra para realizar o processo, diferente do que é numa empresa. As etapas do manejo florestal madeireiro são censo florestal, planejamento da exploração, colocados no plano de uso e feitos em mutirão. Finalizando, nada mais importante do que ouvir dos próprios comunitários os desafios que enfrentam e as vantagens que têm com o plano de manejo.

### ***A experiência de Camutá – Pucuruí***

***Gilberto Gomes da Silva***<sup>18</sup>

Apesar da dificuldade da distância de transporte, a comunidade de Camutá do Pucuruí começou a discutir com a Fase e o STR de Gurupá um plano de manejo. Tivemos problemas de aprovação do plano porque a terra não estava regularizada. Com apoio da Fase conseguimos a regularização das terras e aprovamos o plano de manejo. Com isto conseguimos forçar a prefeitura de Gurupá a comprar um pouco da madeira para uma escola comunitária, que começamos a tirar no ano passado por um preço de R\$ 300 o metro cúbico da madeira processada com motosserra. Não conseguimos tirar nem metade das madeiras que há no inventário de 100/100 (130 m<sup>3</sup> de madeira). Isso deve ao projeto da Fase que tem caráter de experimento. Não entramos de cheio. Primeiro precisávamos ver se a coisa daria certo ou não. Vendemos só 17 metros para a prefeitura porque não tínhamos como tirar melhor a madeira para vender para fora, já que o motor do nosso caminhão está parado. Contamos com muitas dificuldades, mas estamos em busca de melhorias para desenvolver este trabalho. Em relação ao selo, esperamos que este ano tenhamos uma parceria melhorada porque nem todos os recursos foram repassados no ano passado e a coisa não andou muito bem. De qualquer maneira, estamos torcendo para que possamos ter uma vida melhor.

---

<sup>18</sup> Presidente da ATARCP.

## ***A experiência do Marajoí***

***José Trindade de Souza, o Zé Pimba<sup>19</sup>***

Começamos este processo de manejo florestal devido à grande extração de palmito na área. Vimos que os ribeirinhos iam ficar em situação difícil se não pudessemos preservar o que Deus nos deu. Com apoio do STR e CEBs, montamos o esquema para roçar o igapó. Chamamos também entidades como Fase e STR para contribuir. Hoje nos encontramos em situação difícil porque ainda não temos apoio para comercializar a produção de açai. Estamos esperando a contribuição do pessoal que solicitou certificado e estamos preocupados porque existe uma indústria que comercializa o palmito, a Rio Mar (antiga Ivair), que não está legalizada, mas que beneficia neste reduto cerca de 70 a 80 milímetros diários de palmito.

## ***O trabalho do STR de Gurupá***

***Hermes Viana da Costa<sup>20</sup>***

Temos trabalhado pela melhoria de vida dos companheiros. Podemos fazer uma avaliação do trabalho sindical desde 1973. No início a maior atuação era com as CEBs. Houve mobilização e um acampamento de 54 dias em frente ao sindicato, que não era administrado por trabalhadores rurais. No final, conseguimos tomar posse do STR. Em outro momento, na década de 80, o povo se organizou e trabalhou o Projeto “*Luta Pela vida*”. Com esse trabalho, o povo começou a ter consciência que era preciso lutar pela natureza, não só de onde estamos pisando agora, mas de onde vamos pisar depois. Após, trabalhamos no projeto “*Bem-te-vi*” de casa de farinha. Através das lutas do movimento, tivemos financiamento de 140 projetos no BASA (FNO), mas não deu tanto certo. De qualquer modo, nos serviu de experiência. Para todas estas lutas tivemos o apoio da Fase, que treinou jovens para trabalharem com GPS para ajudar na legalização fundiária dos quilombos (100.000 ha). Estamos também discutindo com outras comunidades a regularização fundiária. Nosso pensamento é que os trabalhadores, seus filhos e netos possam ter uma vida melhor.

---

<sup>19</sup> Presidente da ATRM.

<sup>20</sup> Presidente do STR de Gurupá.



## Comitê do projeto de manejo florestal comunitário de Marabá (Comitê do PDA)

*Manuel Amara*<sup>21</sup>

Vamos aqui relatar um pouco sobre o projeto de manejo comunitário implementado em três comunidades na região de Marabá: Sítio Novo, Vila Bagaço e Josinópolis. Este projeto tem um comitê gestor que represento. O projeto tem a intenção de processar a Certificação Florestal a médio ou longo prazo, a partir de discussão com o Imazon. Mas por que este prazo?

Os projetos de manejo florestal são bastante audaciosos, prevendo a extração, processamento, comercialização e agora a Certificação. Quanto mais etapas têm estes projetos, o nível de complexidade de implementação aumenta. No geral existe uma ambição grande da instituição de apoio e também da comunidade em relação ao manejo florestal comunitário.

O projeto Gurupá falou claramente que é uma experiência nova na Amazônia, surgido só a partir da segunda metade da década de 90. Vimos que foi necessário até mesmo criar uma legislação, para tentar adequar-se esta situação.

O projeto de Marabá já está tramitando no Ibama há dois anos e meio. É difícil compreender isto quando o projeto de madeireiros passa 24 horas dentro do Ibama/PA. o que também é um absurdo.

Até então não se tinha os desafios dos pontos de vistas legal e técnicos. Não havia nenhum parâmetro para se definir modelos de manejo florestal comunitário. O que se tinha eram experiências riquíssimas do Imazon, Embrapa e Inpa que definiram modelos, mas em grande escala para as indústrias. Adequar protocolos pensados para empresas e grandes extensões para 4 ou 6 hectares é muito complicado. As indústrias só têm um padrão que define as questões, mas trabalhar com comunidade exige toda uma outra história antes de colocá-lo no mercado, onde se compete com o resto. É um desafio e há muita disposição. Marabá passou 8 meses para contratar um engenheiro florestal e pelo menos o mesmo tanto para corrigir os erros que esta pessoa causou nas comunidades. A capacidade e a forma de implementação tem uma complexidade bem maior, os atores mudam, a relação de forças muda, uma série de outros aspectos precisam ser considerados. Estas outras dimensões do manejo florestal comunitário devem ser deixadas bem claras.

---

<sup>21</sup> Engenheiro Agrônomo do Lasat/Neaf

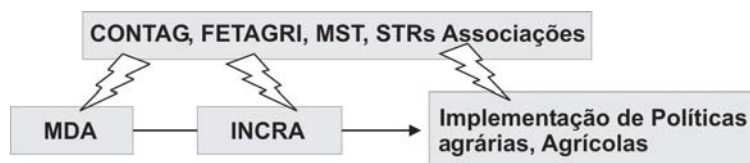
Tudo isto se relaciona com a certificação. O processo de manejo florestal comunitário necessita uma maior interação com os atores e uma maior relação dos movimentos sociais com este processo. Os ribeirinhos e agricultores apresentam um amadurecimento grande, mas quando se leva esta discussão para sindicatos e confederações, o painel começa a mudar, já que eles não estão inseridos no processo nem ajudando a qualificar o discurso a nível local, o que torna-se um gargalo.

A discussão e implementação das políticas públicas passa pelas esferas federais, regionais e locais. No caso ambiental se tem a seguinte relação:



A nível regional não há nenhuma organização pressionando. A questão ambiental não está consolidado dentro das organizações.

No caso de políticas agrárias/agrícolas, a situação é completamente diferente:



Como reverter este quadro?

O Comitê é um grupo de trabalho de uma câmara técnica da Fetagri Sul/Sudeste do Pará que incorpora, internaliza e qualifica toda uma discussão de processo de manejo florestal comunitário, vinculado a uma melhor política ambiental. Esta estratégia para qualificar o processo diferencia-os de outros projetos, pois estão mais preocupados com o processo, do que com os resultados. Ainda não se vendeu nenhum metro cúbico de madeira. Mas os agricultores e os STRs estão totalmente entusiasmados e querem que a coisa dê certo. É um desafio dar um salto de escala neste processo.

De uma hora para outra, todo mundo está afim de manejo florestal comunitário, sem considerar os acúmulos que já existem. Existem alguns meios-de-campo que precisam ser consolidados para a certificação de manejo florestal comunitário. É um resultado que deve ser considerado a longo prazo. A exigência dos grupos de compradores é bastante grande. O que mais preocupa em relação à certificação é como os projetos de manejo florestal comunitários podem se tornar certificáveis.

## A experiência da OSR com projeto de manejo florestal comunitário

*Oswaldo C. de Oliveira*<sup>22</sup>

A experiência do projeto da OSR Rondônia mostra alguns dos pontos fundamentais da dificuldade de certificação. O projeto iniciou em 1996 e a intenção era de vender madeira um ano após o início do projeto. Fomos brecados por alguns motivos de questão legal e o projeto ficou no Ibama por quase 2 anos sem ter resposta. Com isto, o projeto começou andando mal. Tínhamos previsto um capital de giro de R\$ 50 mil reais, para atender três projetos. Ficando parados este período, acabamos gastaram o capital de giro e ficamos sem recurso quando começamos a explorar. Para projetos comunitários, o capital de giro é uma peça fundamental, principalmente para quem vai fazer o processamento. Para quem vai vender madeira em toras ou bruta é outra questão. Este é um dos itens que dificulta a certificação do projeto. Vendemos há 3 anos madeira, mas o projeto continua trabalhando no vermelho. Como a certificação exige viabilidade econômica, o projeto ainda não pode ser certificado. Fizemos um balanço das atividades, contratamos dois consultores que falaram que o projeto tem viabilidade muito boa só que precisariam investir uns R\$ 200 mil. Os equipamentos não são adequados e precisamos de outros equipamentos. Estamos pagando para trabalhar. Mesmo assim, não estamos dizendo que manejo florestal comunitário é inviável, mas Ibama e Incra ainda complicam o processo. A certificação para um manejo de pequena escala é cara, principalmente as auditorias anuais. Para projetos pequenos, manejo florestal só em 5 anos dá retorno se for bem administrado. Como trabalhamos no vermelho, o projeto não tem se demonstrado sustentável no momento, o que inviabilizaria a certificação já que não poderia se ficar dependente de financiadores para garantir a continuidade.

No processamento, como já falamos, estamos com equipamentos inadequados e obsoletos. Precisamos trocar peças, por exemplo, mas o principal obstáculo é a questão financeira: o capital de giro. A comercialização não foi o problema.

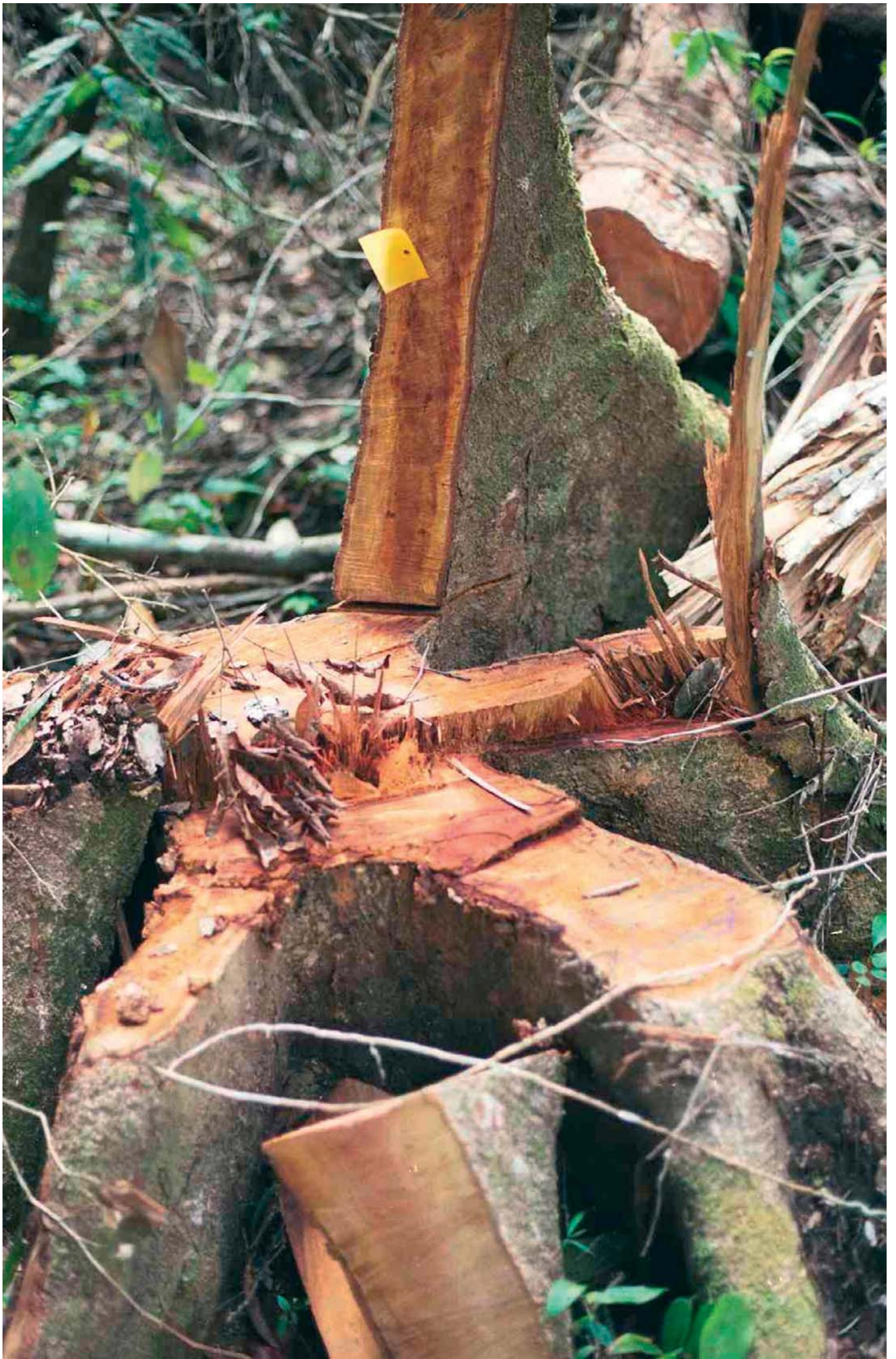
A proposta inicial era contratar apenas comunitários para a serraria, trazer apenas três pessoas-chaves e qualificadas de outra serraria. Mas os treinamentos não foram suficientes para tornar as pessoas profissionais. Surgiram várias falhas. Foi um *Deus nos acuda* na serraria no primeiro ano. Outra dificuldade foi do comunitário se ver como funcionário de uma empresa que precisaria cumprir horários, ter responsabilidade etc. Como é uma atividade nova, é preciso fazer treinamento e depois selecionar o pessoal.

---

<sup>22</sup> Diretor da OSR.

Foi comentado que este projeto tinha todo um potencial ideal para o manejo florestal comunitário dar certo, já que Rondônia é o único Estado que têm floresta comunitária, existe uma organização social tradicional (OSR) e tem incentivo econômico do WWF.

As dificuldades, no entanto, não estavam no manejo e na floresta, mas na falta de organização para produção e no gerenciamento. A realidade é muito adversa: geografia, dificuldades locais (longe das peças de reposição), falta de transporte. Além disso, é preciso um tempo para que esta proposta amadureça e que a comunidade se engaje para que a atividade possa se desenvolver. O custo da certificação florestal não é o problema, mas sim o tempo para a certificação. Certificação deve ser vista como um instrumento que pode promover o manejo florestal e não é um fim em si. É um processo. O selo é o início.



## Discussões e Recomendações

Os grupos foram divididos em três. A todos foram lançadas as seguintes perguntas: Quais são os obstáculos existentes? Como eles podem ser enfrentados?

Tais questões foram discutidas a partir dos seguintes ângulos: relação de empresa com as comunidades do seu entorno; relações de trabalho no âmbito das empresas certificadas e problemas enfrentados pelas experiências de manejo florestal comunitário. Cada grupo discutiu um desses aspectos. Os resultados estão destacados abaixo:

### Trabalho em grupos

#### GRUPO 1

##### 1) Relações comunitárias x empresa - obstáculos / propostas

- **Obstáculos:** Falta de informação sobre indicadores (instrumentos) para medir impactos sociais da madeira na relação com as comunidades;  
**Propostas:** Esclarecer a importância destes indicadores e como eles funcionam.
- **Obstáculos:** A empresa entra no processo de certificação e muitas vezes não é certificada, no entanto, usa a certificação como propaganda e moeda de negócios. Geração de expectativa grande para a comunidade.  
**Propostas:** Criar um mecanismo de comunicação das certificadoras e sociedade para que seja apresentado um relatório de não certificação para que não haja manipulação política. Comunicação melhor certificadora/comunidade.
- **Obstáculos:** Pouca habilidade do profissional (engenheiro florestal) para trabalhar a relação com a comunidade.  
**Propostas:** Ter indicador para verificar se tem ou não capacidade para isto para que se tenha profissional que faça meio-de-campo certificadora/comunidade;

- **Obstáculos:** Como melhorar processos de participação nas audiências públicas?

**Propostas:** Criar um banco de dados de entidades local e estadual para serem comunicadas. Pode-se ter entidades locais chaves para fazer esta articulação e garantir uma maior participação na audiência pública.

## 2) Certificação : Relações trabalhistas - obstáculos/propostas

- **Obstáculos:** Como levantar o histórico ou relação trabalhista da madeireira que não seja só no momento da certificação?

**Propostas:** Embora já existam indicadores nos padrões, eles não conseguem medir muito a complexidade das relações na Amazônia. Precisam ser melhorados.

- **Obstáculos:** Como trazer os STRs para discussão? Como mobilizar e ser mais atraente? Como ser mais representativo? Que tipo de ações o STR está articulando para viabilizar os trabalhadores?

**Propostas :** Levar para a pauta da CUT a discussão da certificação e iniciar um processo de formação. Ter uma estratégia ou articulação de comunicação para chegar nas CUTs regionais – trabalhar um processo de formação para aprendizagem e transformá-los em ganhos políticos para os STRs.

- **Obstáculos:** Como equilibrar a relação de trabalho na floresta e na fábrica garantindo que ambos sejam analisados pela certificação? A certificação não pode ser só na unidade do manejo. As relações de trabalho têm que ser vistas na empresa toda.

**Propostas:** Levar uma moção de repúdio deste fórum ao FSC. A cadeia de custódia tem que incluir critérios ou indicadores para averiguar as relações de trabalho (ambientais, sociais, econômicas).

## 3) Projetos de manejo comunitário

- **Obstáculos:** Custos, factibilidade dos indicadores; quais os patamares para os projetos de MFC atinjam a certificação? Os projetos já estão estruturados?

**Propostas:** Guia para orientar os certificadores (auditores) para relativizar os padrões para os projetos de MFC já que o FSC não admite ter dois selos: social e empresarial. Gerar um debate sério e uma reflexão sobre a questão de certificação (importância, viabilidade, custos, etc) dos projetos de MFC.

## GRUPO 2

### 1) Certificação: Relações comunitárias x empresa - obstáculos/ propostas

- **Obstáculo:** Fragilidade dos movimentos sociais para articular comunidades do entorno, dificuldade no entendimento e mobilização com relação à certificação.  
**Proposta:** Ação mais pró-ativa na divulgação de informação sobre certificação. Esclarecimentos do FSC do entorno sobre processo de CF. Posterior à CF: esclarecimento sobre o que a empresa deve cumprir para a comunidade. Maior envolvimento de entidades de apoio e de base (CPT, GTA, Fetagri, Contag, etc.) com debates para sensibilizar e articular estas entidades para instrumentalizar com isso sindicatos e a população local para cobrar.
- **Obstáculo:** Dificuldade de identificar política social da empresa.  
**Proposta:** Novamente passa pela informação: aumentar prazo nas auditorias para questão social. Iniciativa nacional (FSC) deveria fazer esclarecimento para os sindicatos antes da avaliação no entorno. Mais esclarecimento depois da certificação em relação às condicionantes a serem cumpridas. Ouvidoria na iniciativa nacional para acompanhar e ter ação mais pró-ativa entre comunidades e certificadoras.

### 2) Certificação: Relações de Trabalho x empresa - obstáculos/ propostas

- **Obstáculo:** frágil conscientização e fragilidade dos líderes sindicais desde a informação sobre certificação e benefícios possíveis.  
**Propostas:** Fortalecimento das lideranças (plano de ação) – escolas rurais, EFAs. Negociação com Greenpeace para a divulgação da pesquisa sobre segurança no trabalho (recurso pesquisa ProManejo). Incluir na agenda das federações de trabalhadores e CUT a questão da certificação.

### 3) Projetos de manejo comunitário

- **Obstáculos:** Capacitação e renovação de lideranças. Regulamentação fundiária. Burocracia do Ibama. Política pública para prazo de concessão florestal para comunidades certificadas.



**Propostas:** Certificação como instrumento para prorrogar contrato. Comunidades tenham iniciativa de fundo de capital de investimento para manter projeto. Setor social da iniciativa nacional tenha ação mais ativa na articulação das iniciativas certificadas.

### **GRUPO 3**

#### **1) Certificação: Relações comunitárias x empresa - obstáculos/ propostas**

1. Em relação às comunidades que estão no entorno de unidades sob certificação:
  - Criar comissões de ONG's e movimentos que acompanhem o processo de Certificação Florestal mobilizando as comunidades com processos de debate;
  - Incluir o tema de Certificação Florestal na agenda das ONG's e movimentos para esclarecimento e ligação com a auditoria do FSC;
  - Rever critérios do processo de monitoramento e fiscalização. Desenvolver mecanismos de sensibilização das ONG's e movimentos para inserir ou criar mecanismos de monitoramento durante o processo de certificação;
  - Rever critério da relação de custo/benefício em relação ao ganho social das comunidades do entorno;
  - Estabelecer critérios de obrigatoriedade de esclarecimento das comunidades antes da consulta pública;
  - Estabelecer verificadores para que as certificadoras possam identificar com mais clareza os resultados sociais positivos;
  - Credenciamento ético pela Câmara Técnica (pré-certificação pela Câmara Técnica)
  - Desenvolver mecanismos de dinamização da câmara social – dar mais agilidade, ampliar sua composição e papel. Incluir outras redes.

#### **2) Certificação: Relações de trabalho x empresa - obstáculos/ propostas**

- Estabelecer metas progressivas de benefício social que extrapolem a legislação trabalhista;
- Criar indicadores que monitorem a estabilidade dos empregados, exemplo %;
- Criar um mecanismo de inserção das entidades representativas numa relação direta com os trabalhadores;
- Criar indicadores que possam avaliar o desempenho do banco de horas.

### 3) Projetos de manejo comunitário

- Desenvolver mecanismos para garantir a regularização fundiária;
- Buscar fundos para possibilitar o acesso das comunidades ao processo de certificação;
- Incluir na pauta de reivindicações das organizações representativas a desburocratização do Ibama; exemplo: Fetagri tem assento na câmara técnica do Ibama;
- Massificar o processo de divulgação para baratear custos;
- Elaborar material informativo/educativo para divulgação;
- Criar um programa de capacitação para aprofundar vários aspectos que não estão claros como: Custos, benefícios, diferença do selo de uma comunidade x empresa, uma vez que o capital social de uma comunidade é mais rico, mudança de certificação extrativa para madeira, credenciamento ético das propostas na câmara social.

A seguir estes pontos foram debatidos em plenária. As discussões estão aqui resumidas e reagrupadas, segundo os grandes eixos de debate.

### Recomendações

#### 1) Relações comunitárias x empresa - obstáculos/propostas

Obstáculos	Propostas
Falta de informação das comunidades do entorno sobre certificação, seus direitos na relação com a empresa certificada	-Estabelecer critérios de obrigatoriedade de esclarecimento das comunidades antes da consulta pública. Posterior à CF: esclarecimento sobre o que a empresa deve cumprir. -Ação mais ativa do FSC neste processo: -Elaborar material informativo/educativo para divulgação
Fragilidade dos movimentos sociais para articular comunidades do entorno	-Criar comissões de ONGs e movimentos que acompanhem o processo de CF mobilizando as comunidades com processos de debate para inserir ou criar mecanismos de monitoramento durante o processo de certificação.
Pouca participação nos processos de audiências públicas	-Criar um banco de dados de entidades chaves ao nível local, estadual, nacional para fazer a articulação e garantir uma maior participação na audiência pública e em todo processo de CF.
Indicadores sociais não conseguem mensurar todos os impactos sociais nas comunidades	-Refinar os indicadores sociais; -Rever critérios do processo de monitoramento e fiscalização inclusive da relação de custo/ganho social das comunidades do entorno; -Aumentar o tempo para realização das avaliações de campo (tendo em conta as questões envolvidas na dimensão social da certificação).
A empresa muitas vezes não é certificada, no entanto, usa a certificação como propaganda e moeda de negócios.	-As certificadoras devem comunicar as partes consultadas no processo de certificação os casos em que a empresa não é certificada.
Foi identificado a pouca habilidade dos profissionais das empresas certificadas para trabalhar o campo de ação destas no que diz respeito às relações com as comunidades	-Maior investimento para a melhoria das relações (comunicação, etc.) entre certificadora e comunidade.
Falta de dinamismo e agilidade da câmara social	Desenvolver mecanismos de dinamização da câmara social para dar mais agilidade, ampliar sua composição e papel

## 2) Certificação: Relações de Trabalho

Obstáculos	Propostas
Falta de informação: 1 sobre histórico ou relação trabalhista anterior da empresa avaliada, 2 sobre índices desta relação.	a) Melhorar os indicadores para esta informação; b) Negociação junto ao Greenpeace para a divulgação de pesquisa sobre relações de trabalho no setor madeireiro do Amazonas ainda não publicada.
Pouco envolvimento dos STRs/STIMs na discussão sobre certificação, pouca informação dos líderes sindicais sobre certificação e benefícios possíveis.	-Incluir na agenda das federações de trabalhadores e CUT a questão da certificação; -Estratégia de comunicação para trabalhar um processo de formação e aprendizagem nas escolas rurais, EFAs, sindicatos.
Desequilíbrio da avaliação da relação de trabalho na floresta e na fábrica. A certificação não pode ser só da unidade do manejo. As relações de trabalho tem que ser vistas na empresa toda.	Solicitar ao FSC que a cadeia de custódia tem que incluir critérios ou indicadores para averiguar as relações de trabalho (ambientais, sociais, econômicas) também na fábrica.
<i>Em relação aos indicadores...</i>	Estabelecer metas progressivas de benefício social que avancem o já existente na legislação trabalhista
	Criar indicadores que monitorem a estabilidade dos empregados e o índice de absenteísmo
	Criar indicadores que possam avaliar o desempenho do banco de horas

## 3) Projetos de manejo comunitário

Obstáculos	Propostas
Custos, factibilidade dos indicadores; patamares para os projetos de Manejo Florestal Comunitário (MFC)	-Guia para orientar os certificadores (auditores) para relativizar os padrões para os projetos de MFC; -Buscar fundos para possibilitar o acesso das comunidades ao processo de certificação; -Massificar o processo de divulgação para baratear custos.
Falta de capacitação e renovação de lideranças	-Gerar uma reflexão sobre a questão de certificação (importância, viabilidade, custos, etc.) para os projetos de MFC; -Ação mais ativa da câmara social na articulação das iniciativas certificadas.
	Criar um programa de capacitação para aprofundar vários aspectos : - Custos 1 Benefícios, 2 Que difere o selo de uma comunidade de uma empresa, uma vez que o capital social de uma comunidade é mais rico, 3 Mudança de selo extrativo para madeireiro
Regulamentação fundiária; Política pública, prazo de concessão florestal para comunidades certificadas, Burocracia IBAMA,	-Certificação como instrumento para prorrogar contrato e garantir a regularização fundiária; -Incluir na pauta de reivindicações das organizações representativas a desburocratização do IBAMA.

## Sistematização dos encaminhamentos indicativos e operacionais:

### **Encaminhamentos indicativos para o FSC:**

1. Incluir na pauta das 2 oficinas programadas, a proposta de refinamento de indicadores e critérios sociais;
2. Produzir jornal com a história da certificação;
3. Articular a rede de organizações para a informação circular mais rápido;

4. Discutir com Greenpeace sobre a publicação da pesquisa “Segurança do trabalho florestal na Amazônia” que não foi publicada;
5. Criar um programa de capacitação para aprofundar vários aspectos em relação à questão da certificação florestal:
  - manejo florestal comunitário x custo/benefício
  - diferenciação do selo empresa/MFC (valorização do capital social);
  - Políticas públicas: CF como catalisador para regulamentação fundiária;
6. Elaborar guia para orientar auditores.

***Encaminhamentos indicativos para a Câmara social:***

1. Viabilizar a mobilização das *redes*. Intervir mais, estar atento aos processos em andamento (quando inicia, quando termina, quando não certifica) para poder socializar esse processo via internet para organizações mais centrais;
2. Envolver os movimentos sociais mais gerais (Federações, MST, CUT, sindicatos, indígenas). Incluir na pauta dos mesmos capacitação sobre Certificação Florestal (CF);
3. Contratar uma secretária executiva para agilizar e dinamizar a câmara social;
4. Contatar fontes de financiamento para:
  - Realização de estudo sobre a experiência do banco de horas;
  - Liberar 1 ou 2 sindicalistas do STIM de Itacoatiara para divulgar sua ampla experiência sobre CF e possibilitar a formação na base dos sindicatos e contatos com os demais STIMs da Amazônia;
  - Capacitação: Elaboração de material informativo e educativo mais popular para organizações de base e comunidades.

***Encaminhamentos indicativos para as Certificadoras:***

1. Estudar e viabilizar alternativas para a redução dos custos do processo de certificação;
2. Realizar as consultas públicas em locais de fácil acesso, com amplo processo de mobilização das partes interessadas;
3. Garantir o envio do Resumo Público da operação certificada para todas as entidades que foram envolvidas no processo de avaliação.

***Encaminhamentos operacionais para os Participantes:***

1. Formar um grupo de trabalho, pelo menos provisório para construir uma rede de informações, de mobilização, de formação e capacitação sobre CF;

2. Mobilizar as entidades presentes para as oficinas;
3. Inserir mais as organizações na Câmara social para legitimá-la dentro do FSC.

## Avaliação

O grande ganho que esse evento teve foi de internalizar uma primeira reflexão e de fornecer uma ampla concentração de informações sobre o processo de certificação junto a entidades que estão diretamente envolvidas neste processo e que necessitam ter esse acúmulo para criar um referencial.

Foi possível aos participantes ter uma avaliação do que representa hoje a certificação, em especial na Amazônia.

Apesar da não participação de federações de trabalhadores, Cut, Contag, movimento dos sem terra (MST), povos indígenas e demais representantes comunitários e sindicais convidados, ausências estas apontadas como ponto negativo, o seminário foi bastante representativo.

Foi avaliado que é necessário ter mais eventos deste porte pois faltam conhecimentos, principalmente das lideranças, sobre o processo de certificação, indicadores, custos, benefícios, mercado e outras questões econômicas envolvendo os produtos certificados.

Como encaminhamento foi tirado que se envolva federações e ONG's/movimentos mais amplos e que novas entidades se integrem na câmara social.

Como falou uma liderança:

*“O compromisso da gente é levar esta discussão para os sindicatos, comunidades e fóruns dos quais participamos. Cada um deve assumir esse compromisso tornando-se multiplicador desta informação. Esta discussão não pode ficar só no papel mas deve ser levada para a prática. Deve partir de nós da base, para buscar aquilo que é mais importante para os povos da Amazônia e não só ficar esperando pelas ONG's, que seja discutido nas associações, com os sindicatos ou com as confederações. Dar continuidade à discussão significa esforço, energia e dedicação de uma parte de seu tempo para pensar sobre tudo o que aqui vimos...”*

Ao final, um dos participantes recitou estes versos:

*Vamos minha gente, vamos se reunir  
 Não vamos deixar esse mato cair.  
 Se esse mato cai, nós tamo na mão:  
 Descontrola o tempo e a região;  
 no lugar de inverno, vira verão.  
 Vamos ver a Amazônia virar um sertão.  
 A floresta é bonita, e foi Deus quem deixou,  
 prá nós preservarmos com muito amor.*

*Esconderijo dos bichos, abrigo do homem,  
 respiração (inspiração) dos compositores.  
 É um tapete verde do Planeta Terra  
 e a riqueza maior que a natureza deixou.  
 Temos a seringueira que é mãe da nação.  
 Se não fosse a borracha, não voava o avião;  
 não jogava-se bola.  
 Era muita tristeza, esperar esse chão...*

### Quem participou?

Estas foram as entidades que participaram do seminário “Certificação Florestal e Movimentos Sociais na Amazônia”, ocorrido entre 20 e 22 de janeiro de 2002 em Belém, promovido pelo GTNA e pela Fase Nacional, com apoio do IIEB, Imazon, Cese e Saap/Fase:

Amigos da Terra - Programa Amazônia, Amappae-CM, Apa, ARQMO, Assema, Bosque Rodrigues Alves (Prefeitura de Belém), **BVR**, CDVH, CIFOR, Comitê PDA Marabá, Comunidade de Aparecida de Itacoatiara, CTA/Acre, Embrapa Amazônia Oriental, Fase (Belém, Gurupá, Mato Grosso e Nacional), FFT, FSC Brasil, Grupo de Compradores Certificados, GTNA, Ibama/ProManejo, Imaflora, Imazon, Ipam, Lasat (Neaf), **Nai**, **Oela**, OSR, Pesacre, Projeto Mulheres da Mata, SCS, STIM Itacoatiara, Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Itupiranga, Gurupá, Jacundá e Muaná e WWF.

## Lista de siglas

<b>Abracave</b>	Associação Brasileira de Florestas Renováveis.
<b>Aimex</b>	Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará
<b>Amappae-CM</b>	Associação de Moradores e Produtores do Projeto Agroextrativista Chico Mendes
<b>Apa</b>	Associação dos Produtores Alternativos
<b>ARQMO</b>	Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
<b>Assema</b>	Associação das Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão
<b>ATARCP</b>	Associação dos Trabalhadores Rurais do Camutá–Pucuruí
<b>ATRM</b>	Associação dos Trabalhadores do Rio Marajó
<b>Basa</b>	Banco da Amazônia
<b>BVR</b>	Projeto Boa Vista do Ramos
<b>CBMF</b>	Conselho Brasileiro de Manejo Florestal
<b>CDVDH</b>	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Açailândia
<b>CEB</b>	Comunidade Eclesial de Base
<b>CESE</b>	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
<b>CIEE</b>	Centro de Integração Empresa Escola
<b>Cifor</b>	Center for International Forestry Research
<b>CNI</b>	Confederação Nacional das Indústrias
<b>Conticom</b>	Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira
<b>CTA</b>	Centro de Trabalhadores do Acre
<b>Ecoporé</b>	Ação Ecológica Guaporé
<b>Embrapa</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>Fase</b>	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
<b>Fetagri</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura(PA)
<b>FFT</b>	Fundação Floresta Tropical
<b>FNO</b>	Fundo Constitucional do Norte
<b>FSC</b>	Forest Stewardship Council
<b>Fua</b>	Fundação Universidade do Amazonas
<b>Fuf/MT</b>	Universidade Federal do Mato Grosso

<b>Fundacentro</b>	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
<b>Funpea</b>	Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciência Agrárias
<b>Funtac</b>	Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
<b>Graal</b>	Grupo de Apoio à Agricultura Familiar de Região de Fronteiras
<b>GTA</b>	Grupo de Trabalho Amazônico
<b>GTNA</b>	Grupo de Trabalho Agroecológico na Amazônia
<b>Ibama</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>Ibope</b>	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
<b>IIEB</b>	Instituto Internacional de Educação do Brasil
<b>Imaflora</b>	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
<b>Imazon</b>	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
<b>Ipam</b>	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
<b>Incra</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>Isa</b>	Instituto Socioambiental
<b>Iser</b>	Instituto de Estudos da Religião
<b>Lasat</b>	Laboratório Sócio-agronômico do Tocantins
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>Nai</b>	Núcleo Amazônico Imaflora
<b>Neaf</b>	Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar
<b>Oela</b>	Oficina Escola de Luteria da Amazônia
<b>ONG</b>	Organização não-governamental
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>OSR</b>	Organização dos Seringueiros de Rondônia
<b>PDA</b>	Projetos Demonstrativos A
<b>Pesacre</b>	Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
<b>PPG-7</b>	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
<b>ProManejo</b>	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
<b>Saap</b>	Setor de Análise e Assessoria a Projetos
<b>SCS</b>	Scientific Certifications Systems
<b>Senai</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>STIM</b>	Sindicato de Trabalhadores na Indústria da madeira
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
<b>WWF</b>	World Wildlife Fund



ISBN 85-88314-10-X



9 788588 314108

**Apoio:**

---



**BROT**  
**Für Die Welt**

**CESE**

Coordenadoria Ecumênica de Serviço

